

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>130.106.186,93</b>	<b>628.928,23</b>	<b>130.735.115,16</b>
Pessoal Ativo	110.274.308,42	314.971,66	110.589.280,08
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.831.878,51	313.956,57	20.145.835,08
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>13.980.518,19</b>	<b>357.786,86</b>	<b>14.338.305,05</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial			0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	218.673,54	357.786,86	576.460,40
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.761.844,65		13.761.844,65
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>116.125.668,74</b>	<b>271.141,37</b>	<b>116.396.810,11</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>642.507.278.000,00</b>		
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,018074%</b>	<b>0,000042%</b>	<b>0,018116%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,037655%</b>		<b>241.936.115,53</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,035772%</b>		<b>229.839.309,75</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,033890%</b>		<b>217.742.503,98</b>

Fonte: SIAFI 2014/2015 e Tesouro Gerencial - TRT 19ª Região.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. As despesas com requisição de pequeno valor - RPV - R\$ 170.227,39; precatórios R\$ 7.421.603,01.

Eliane Arôxa Pereira Barbosa  
Desembargadora Vice-presidente

Fabiana Teixeira de Moura  
Ordenadora de Despesas Substituta

Henrique Cardoso Mesquita Mello  
Secretário de Orçamento e Finanças

Rafaela de Freitas Santos  
Coordenadora de Controle Interno